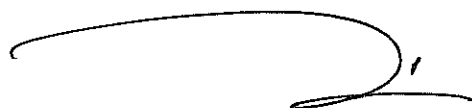



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
UISEU DÃO LAFÕES

ATA N.º 15 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

----- Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e catorze, pelas quinze horas, na cidade de Tondela, na sede da CIM, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e representando o número de eleitores abaixo indicados, os seguintes membros: -----

Município	Eleitores	Cargo	Nome
Aguiar da Beira	6.597	Presidente	Joaquim Marques Bonifácio
Carregal do Sal	10.099	Presidente	Rogério Mota Abrantes
Castro Daire	16.514	Vice-Presidente	Eurico Manuel Almeida Moita
Mangualde	20.330	Vice-Presidente	Joaquim Manuel Patrício Ferreira
Nelas	13.861	Vereadora	Sofia Relvas Marques
Oliveira de Frades	9.415	Vereadora	Elisa Margarida Ferraz F. de Oliveira
Penalva do Castelo	8.819	Presidente	Francisco Lopes de Carvalho
Santa Comba Dão	11.563	Vice-Presidente	Mário Marques da Silva
São Pedro do Sul	17.274	Presidente	Vítor Manuel de Almeida Figueiredo
Sátão	13.992	Vice-Presidente	Paulo Manuel Lopes Santos
Tondela	29.213	Presidente	José António Gomes de Jesus
Vila Nova de Paiva	6.892	Presidente	José Morgado Ribeiro
Viseu	95.853	Vice-Presidente	Joaquim Ferreira Seixas
Vouzela	10.171	Presidente	Rui Miguel Ladeira Pereira

----- A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte: -----

- 1 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 03/06/2014;---
- 2 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 26/06/2014;---
- 3 - Ponto de situação da Estratégia Territorial de Desenvolvimento “Viseu Dão Lafões 2020”, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 4 - Ponto de situação do processo de contratualização entre a CIM Viseu Dão Lafões e a Autoridade de Gestão do Programa MaisCentro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 5 - Análise, discussão e votação da proposta do Município de Viseu para a atribuição de bolsas de estudos, no âmbito do projeto “Estaleiro Escola”, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 6 - Análise, discussão e votação da proposta de roteiro turístico da região Viseu Dão Lafões, no âmbito do projeto “Criar e Promover a Marca Viseu Dão Lafões”, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 7 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a “aquisição de serviços para a realização do Concurso Intermunicipal de Ideias de Negócios, inserido no projeto da Rede Regional de Empreendedorismo Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de Serviço nº 198/2014, de 4 de julho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 8 - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a “aquisição de serviços na implementação do projeto de formação “096777/2013/34 – Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local” integrado na tipologia de intervenção 3.4, no âmbito do POPH - Programa Operacional do Potencial Humano e respetiva minuta de contrato, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 9 - Análise, discussão e votação do Relatório Final da análise de propostas apresentadas ao concurso público para a “aquisição de serviços para o fornecimento de energia elétrica”, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

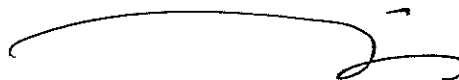
----- 10 - Listagem das aquisições de serviço aprovadas, pelo Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, no decurso do mês de junho, ao abrigo do Parecer Prévio Genérico Favorável, aprovado pelo Conselho Intermunicipal na sua reunião de 21 de janeiro de 2014. -----

----- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificado haver “quórum” para funcionamento do órgão, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal declarou aberta a reunião. -----

----- Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, informou os presentes que tinha solicitado a presença, na reunião do Conselho, do Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Dr. Nuno Martinho, nos termos do nº 6 do art.º 89º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado, abriu o período de antes da ordem do dia, tendo começado por transmitir ao Conselho a sua satisfação, pessoal e institucional, pela forma como decorreram os eventos que tinham tido lugar entre os dias 4 a 6 de julho, mais concretamente o evento relativo à cultura,



“Cultura, Inovação e Valorização dos Recursos Territoriais, no Portugal 2020”, que se tinha realizado no dia 4 de julho, no Museu Grão Vasco, e que tinha contado com a presença do Senhor Secretário de Estado da Cultura na sessão de abertura. -----

---- Continuou, afirmando, que igual sucesso tinha sido o Prove Viseu Dão Lafões, que tinha decorrido entre os dias 4 a 6 de julho, tendo sido um outro exemplo da qualidade do trabalho que a CIM Viseu Dão Lafões continua a desenvolver, mantendo-se, ao olhos de todos, como uma Comunidade Intermunicipal dinâmica e que tem a capacidade de marcar o território e de envolver as pessoas que nele vivem e trabalham.

---- Na mesma linha continuou a sua intervenção para lembrar os presentes que no dia 8 de julho tinha estado presente, acompanhado pelo Senhor Presidente da Câmara de São Pedro do Sul e pelo Senhor Secretário Executivo, na cerimónia de abertura do Go Up Summer Camp Viseu Dão Lafões, um campo de empreendedorismo para jovens do território com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos, e que estava a decorrer na Escola Profissional de Carvalhais. -----

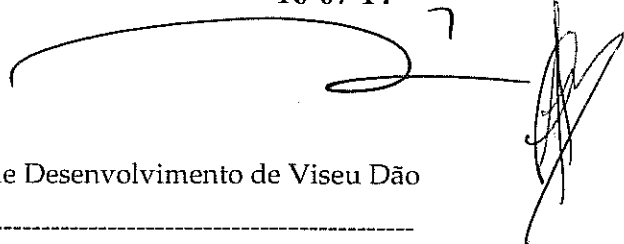
---- Nesse sentido, convidou todos a marcarem presença na sessão de encerramento que se iria realizar no dia 12 de julho, pelas 17 horas, na Escola Profissional de Carvalhais. -----

---- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, continuou a sua intervenção dando conhecimento que no âmbito da aquisição de equipamentos de proteção individual os serviços da Comunidade tem pressionado, diariamente, a empresa fornecedora de forma a garantir a entrega do material no mais curto espaço de tempo possível, tendo inclusivamente realizado, esta semana, uma reunião com os responsáveis da empresa fornecedora. -----

---- Nesse sentido, deu conhecimento de um e-mail, remetido pelo fornecedor, onde este apresentava um conjunto de datas previsíveis para a entrega dos equipamentos. ---

---- Após diversas intervenções dos presentes, ficou comumente aceite que logo que os equipamentos estivessem disponíveis estes deveriam ser, de imediato, entregues nas diversas corporações de bombeiros. -----

---- Continuou, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, informando que ele e o Senhor Secretário Executivo iriam ter uma reunião, no próximo dia 18 de julho, com a Senhora Presidente da CCDR do Centro, Prof. Ana Abrunhosa, no sentido de aferir o ponto de situação do acordo de parceria e do POR



Centro, de forma a preparar a “Estratégia Territorial de Desenvolvimento de Viseu Dão Lafões 2020”.-----

---- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal continuou a sua intervenção introduzindo a problemática das infraestruturas de elevado valor acrescentado, nomeadamente a posição expressa, neste âmbito, pelo Município de Viseu, na comunicação social, onde defende uma posição, que podendo ser sua, aparecia como alargada à região, contudo, continuou afirmando, a região é grande e tem muitas posições e diversas.-----

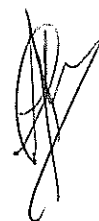
---- Continuou afirmando que o Conselho Intermunicipal tinha tomado uma posição e que o Município de Viseu deveria pensar em Viseu, concelho, e não de forma mais abrangente, sendo que, na sua opinião, era importante articular-se, em conjunto, a defesa da região.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que começou por enaltecer a elevada qualidade do evento da cultura e do Prove Viseu Dão Lafões, deixando-nos, a todos, satisfeitos com o nível patenteado e com a imagem que transmitem da região, pelo que neste modelo ou noutro que venhamos a optar, deve ser um evento a manter.-----

---- Continuou a sua intervenção convidando todos os presentes para a cerimónia de abertura da Feira de S. Mateus, que terá lugar no próximo dia 8 de agosto, sendo que os convites, mais formais, seriam remetidos para cada um dos Senhores Presidentes, mas que não queria deixar de convidar, pessoalmente, cada um dos presentes.-----

---- Relativamente às infraestruturas de elevado valor acrescentado começou por afirmar que era necessário esclarecer que não existe nenhum lóbi de Viseu e que as declarações do Senhor Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Almeida Henriques, foram efetuadas enquanto porta-voz de um grupo denominado “Plataforma A25”, na reunião que teve lugar na Guarda e também enquanto porta-voz do “Grupo do Europarque”, sendo que este envolve autarquias, empresários e associações empresariais, numa lógica de valorização do Centro e Norte de Portugal, pelo que nem o Município de Viseu nem o seu Presidente estão a desconsiderar ou a ultrapassar nada, nem ninguém.

---- Continuou afirmando que existiam era diferentes patamares de intervenção e que o município não estava a descurar nenhum, até porque, existem técnicos que afirmam que a linha da beira alta tem problemas e nós não sabemos o que é que isso pode originar, se defendermos uma única solução.-----



---- O Senhor Vice-Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, continuou afirmando que não existia qualquer divisão, há é uma estratégia centro/norte, composta por autarcas e empresários que pretende combater o lóbi, que existe no sul, e que pretende ver favorecidas as suas posições.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Mangualde, Eng.º Joaquim Patrício, que começou por afirmar que sentia que a proposta apresentada pelos referidos grupos não têm nada a ver com a requalificação da linha da beira alta, estando mesmo convicto que esse grupo de técnicos não concorda que a melhor solução seja a linha da beira alta, uma vez que, estão sempre a questionar o problema da pendente de Mangualde.-----

---- Continuou, afirmando, que o referido grupo começa por falhar ao não ter convidado a CIM Viseu Dão Lafões a fazer-se representar, nas referidas reuniões. -----

---- Por último afirmou que considerando que não é expectável uma decisão, até dezembro do corrente ano, mas que na sua opinião a problemática da ferrovia deveria ser analisada em conjunto com a problemática da rodovia, bem como qual a bitola a adotar, em termos de ferrovia, pelo que lhe parecia que este grupo não estava a discutir, de forma abrangente e clara, a problemática e as acessibilidade que são necessárias á região.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, Dr. José António de Jesus, que começou por afirmar que era importante definir uma estratégia clara do que é que a região considera importante para si em termos de acessibilidade, até porque não acreditava na possibilidade de a região ser contemplada com duas soluções.-----

---- Continuou, afirmando, que a linha da beira alta tal como se encontrava não servia a região, pelo que defendia que a região deveria ser servida por uma rede transeuropeia que facilite a exportação para a Europa, e que reduza os custos de contexto.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara de Tondela continuou afirmando que na última reunião tinha sido opinião unânime que não iria haver dinheiro para garantir a requalificação da linha da beira alta e, simultaneamente, a construção de um novo traçado ferroviário;-----

----- Continuou, afirmando, que a região tem o direito inalienável de dizer o que pretende, em relação ao que vier a ser decidido, sendo que ele gostava que o corredor tivesse uma faceta intermodal e não só vagões.-----

----- Concluiu, afirmando, que a CIM Viseu Dão Lafões não se deve dispensar de ter opinião sobre todos os estudos e antes das tomadas de decisão, sendo que a solução da linha da beira alta tem que ter a capacidade de garantir o transporte de carga e de passageiros.-----

----- Neste sentido o Senhor Presidente da Câmara de Tondela sugerir que fossem promovidas reuniões com o referido grupo de trabalho, com o Secretário de Estado dos Transportes e com a REFER.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que começou por afirmar que não podíamos ser ingénuos nem teóricos, sendo que a posição da CIM não se pode resumir a um comunicado, quando se sabe que estas decisões serão decisões de natureza política, pelo que entendia que se deveria solicitar uma reunião com o Secretário de Estado dos Transportes.-----

----- Concluiu, afirmando, que a própria CIM deveria procurar conhecer os estudos e procurar influenciar as suas propostas envolvendo-se nesses grupos, trabalhando em conjunto com eles, até porque o Município de Viseu não está numa lógica de linha da beira alta versus alternativa aventada pelo grupo de trabalho.-----

----- Reiterou o posicionamento do Município de Viseu afirmando que as opiniões expressas pelo Senhor Presidente da Câmara de Viseu não são as opiniões do Município mas sim as opiniões do grupo que integra.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, Dr. José António de Jesus, que começou por afirmar ser importante que a CIM Viseu Dão Lafões perceba o que está em discussão, que não existem soluções milagrosas e que uma existe em contraponto com a outra.-----

----- Concluiu, afirmando, que a CIM Viseu Dão Lafões deve ter a abertura para reunir com quem quiser vir demonstrar as virtudes da sua solução, independentemente das soluções que advoguem.-----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, que informou o Conselho que iriam ser solicitadas reuniões de trabalho ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, à REFER e ao grupo de trabalho do Europarque.-----



----- Antes de passar a palavra aos restantes membros do Conselho solicitou, ao Dr. Nuno Martinho, Secretário Executivo, que transmitisse um conjunto de informações relativas aos projetos que se encontram em curso e que no curto prazo necessitam de ser concluídos. -----

----- O Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, começou por informar que continuava com dificuldade em obter respostas, por parte dos municípios, em diversos projetos que se encontram em curso. -----

----- Continuou a sua intervenção informando os presentes que se iriam realizar reuniões, uma no âmbito do projeto supramunicipal para a elaboração das cartas de risco e outra com os Senhores Vereadores com o pelouro da proteção civil, de acordo com a deliberação do Conselho Intermunicipal, para a elaboração de uma estratégia supramunicipal na área da proteção civil. -----

----- Por último informou os Senhores Presidentes que sempre que fossem entregues equipamentos de proteção individual, nas diversas corporações de bombeiros da região, lhes seria dado conhecimento do dia em que tal iria ocorrer. -----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, que apresentou ao Conselho uma solicitação de informação do membro da Assembleia Intermunicipal, António Dinis Marques, remetida pelo Senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal. -----

----- No seguimento das diversas considerações foi deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, representando 270.593 eleitores, que após a apreciação do Conselho Intermunicipal, do referido requerimento, deveria ser remetido, ao Membro da Assembleia Intermunicipal, cópia do comunicado emitido pelo Conselho Intermunicipal, relativo às infraestruturas de elevado valor acrescentado, e da ata do Conselho, relativa a esse mesmo assunto. -----

----- O Senhor Presidente do Conselho, Dr. José Morgado, propôs a realização da reunião ordinária, relativa ao mês de agosto, para o próximo dia 1 de agosto, pelas 15 horas. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a mesma. -----

----- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente do Conselho deu por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- Período da Ordem do Dia. -----

----- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 03/06/2014 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 03/06/2014. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a ata. -----

----- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 26/06/2014 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 26/06/2014. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a ata. -----

----- Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Ponto de situação da Estratégia Territorial de Desenvolvimento "Viseu Dão Lafões 2020", nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho, que fizesse um ponto de situação, sucinto, do assunto em apreço. -----

----- O Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, começou por afirmar que a Senhora Presidente da CCDR do Centro, Professora Ana Abrunhosa, tinha informado que continuavam a ser estabelecidos vários contactos entre os diversos PO's Regionais e a Secretaria de Estado, para aferir a nova proposta de Acordo de Parceria e posterior calendário de conclusão dos PO's Regionais e subsequente conclusão das estratégias por NUT III. -----

----- Referiu, ainda, que na reunião já agendada para o próximo dia 18 de julho poderão já existir mais novidades. -----

----- Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** - Ponto de situação do processo de contratualização entre a CIM Viseu Dão Lafões e a Autoridade de Gestão do Programa MaisCentro, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho que explicasse ao Conselho Intermunicipal o assunto em apreço. -----



---- Foi dada a palavra ao Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que, suportado na documentação distribuída a cada um dos Senhores Presidentes, relativa a projetos desenvolvidos no âmbito da contratualização, fez o ponto de situação do encerramento de cada uma das operações, fazendo menção aos elementos em falta, e que deveriam ser remetidos pelos municípios, condicionando, deste modo, o encerramento físico e financeiro das operações.-----

---- Ainda, neste ponto da ordem de trabalhos, o Secretário Executivo, deu conta da deliberação da reunião de 8 de julho, da Comissão Diretiva do Programa MaisCentro, relativa às decisões definitivas da admissibilidade das candidaturas, submetidas no âmbito do overbooking, nomeadamente, nos regulamentos da coesão local, regeneração urbana e qualificação ambiental.-----

---- Quanto ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta do Município de Viseu para a atribuição de bolsas de estudos, no âmbito do projeto "Estaleiro Escola", nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Joaquim Seixas, Vice-Presidente da Câmara de Viseu, que explicasse ao Conselho Intermunicipal o assunto em apreço.-----

---- Foi dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que de forma detalhada explicou que o presente projeto visava garantir que o curso de arquitetura se mantivesse a funcionar na região, uma vez que a Universidade Católica se preparava para o encerrar.-----

---- Neste sentido, e em diálogo com a reitoria da Universidade Católica pensou-se que se participassem no referido projeto 12 alunos poderia haver condições para o curso funcionar.-----

---- O projeto "Estaleiro-Escola" estará no terreno no ano de 2015 e visa permitir que os alunos de arquitetura possam ter uma intervenção no terreno, por contraponto a um apoio financeiro por parte de diversas entidades, sendo que o número mínimo de alunos a trabalhar no projeto terá de ser de doze.-----

---- Foi dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara de Mangualde, Eng.º Joaquim Patrício, que começou por afirmar que se deveria ser mais ambicioso e olhar também para Escola Superior de Tecnologia e ver até que ponto um projeto similar não poderia ser desenvolvido com eles.-----

----- Apesar de tudo a solução, sendo positiva, não deixa de lhe suscitar dúvidas quanto á eventual legalidade do apoio a conceder. -----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, que começou por afirmar que este assunto lhe suscitava duas questões:-----

----- Em primeiro lugar, o projeto encontrava-se circunscrito a Viseu e que tendo lido, com atenção, o boletim informativo da AIRV, que também seria parceiro do projeto, este era apresentado com um projeto de Viseu, tornando-o, desta forma, redutor. -----

----- Em segundo lugar, apesar de ter vontade de ajudar e de participar, julga ser necessário criar um regulamento que discipline estes apoios.-----

----- Foi dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que afirmou que lhe parecia natural o alargamento da intervenção aos demais parceiros e que também concordava com a necessidade de ser acautelada a questão da legalidade do apoio a conceder.-----

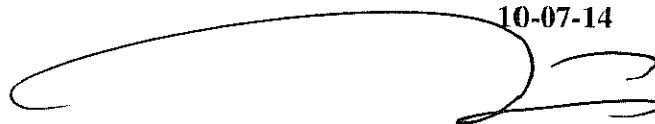
----- Foi dada a palavra á Vereadora da Câmara de Nelas, Dr.ª Sofia Relvas, que começou por afirmar que a intervenção não deveria ser tão específica e que a CIM deveria ter condições para definir uma política de apoio e estímulo ao ensino superior, apurando-se as valências e os interesses que o território tem, como por exemplo, ao nível da Escola Superior Agrária. -----

----- Foi dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara de Santa Comba Dão, Eng.º Mário Silva, que afirmou que apesar de o encerramento de curso do ensino superior prejudicar o território o documento em apreço propõe o financiamento de uma instituição de direito privado, logo achava que a mesma não se enquadrava nos objetivos da CIM, devendo apenas focar-se nos alunos e nos apoios a estes. -----

----- Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara de Penalva do Castelo, Sr. Francisco Carvalho, que afirmou que o objetivo era claro e que a motivação era apoiar aquele curso e que a contrapartida seria a existência de uma bolsa de horas para serem desenvolvidos trabalhos na região. -----

----- Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara de Tondela, Dr. José António de Jesus, que começou por afirmar que na sua opinião a presente proposta levantava duas questões:-----

----- Em primeiro lugar, a Câmara de Viseu tem legitimidade para ter este tipo de projetos e pode pedir como contrapartida que os alunos, orientados pelos professores,



desenvolvam diversos trabalhos na área do município, contudo, falta saber onde e como poderá a CIM financiar o projeto. -----

---- Em segundo lugar, a CIM Viseu Dão Lafões deve ter uma política de estímulo ao ensino superior e para tal deve ter um regulamento, contudo, e caso se venha a conceder esse apoio, como será no futuro, teremos que manter o apoio e se outro curso ou outra instituição solicita um apoio similar. -----

---- Concluiu, afirmando, que não deveremos financiar nem os alunos nem os curso mas sim o projeto.-----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, apoiar o projeto “Estaleiro-escola” com o montante financeiros de 4.700,00 € (quatro mil e setecentos euros), para o ano de 2014, em parceria com as demais entidades envolvidas, devendo, para o efeito, aferir o melhor enquadramento legal do mesmo.-----

---- Deliberou, ainda, que a CIM deveria começar a trabalhar numa proposta de regulamento de apoio a alunos carenciados, no âmbito do ensino superior. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

---- Quanto ao **sexto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de roteiro turístico da região Viseu Dão Lafões, no âmbito do projeto “Criar e Promover a Marca Viseu Dão Lafões”, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho que explicasse ao Conselho Intermunicipal o assunto em apreço. -----

---- Foi dada a palavra ao Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que de forma detalhada explicou o ponto de situação em que se encontrava o trabalho, tendo apresentado a proposta de capa do roteiro, o roteiro de experiencias e a agenda de eventos.-----

---- Referiu, ainda, o Secretário Executivo, que um conjunto de municípios, até á presente data, ainda não tinham enviado qualquer contributo para a elaboração do roteiro. Quanto aos comentários remetidos pelos restantes municípios os mesmos estavam a ser analisados pela CIM e pela empresa responsável pela elaboração do mesmo. -----

----- Após diversas considerações dos presentes o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal colocou as referidas propostas de suportes comunicacionais a votação.--

----- Colocadas as propostas a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar as propostas de roteiro e respetiva capa.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **sétimo ponto da ordem de trabalhos** – Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a “aquisição de serviços para a realização do Concurso Intermunicipal de Ideias de Negócios, inserido no projeto da Rede Regional de Empreendedorismo Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de Serviço nº 198/2014, de 4 de julho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho que explicasse ao Conselho Intermunicipal o assunto em apreço.

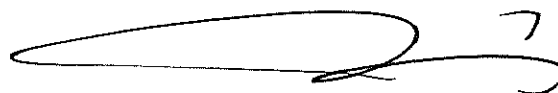
----- Foi dada a palavra ao Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que de forma detalhada esclareceu, a exemplo do já explicado em reuniões anteriores do Conselho intermunicipal, que o presente procedimento visava desenvolver um Concurso de Ideias de Negócio, no âmbito Rede Regional de Empreendedorismo.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o mesmo.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **oitavo ponto da ordem de trabalhos** – Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a “aquisição de serviços na implementação do projeto de formação “096777/2013/34 – Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local” integrado na tipologia de intervenção 3.4, no âmbito do POPH - Programa Operacional do Potencial Humano e respetiva minuta de contrato, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho que explicasse ao Conselho Intermunicipal o assunto em apreço. --

----- Foi dada a palavra ao Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que, de forma detalhada explicou o teor do projeto de decisão de adjudicação em análise.-----



----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o mesmo.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **nono ponto da ordem de trabalhos** – Análise, discussão e votação do Relatório Final da análise de propostas apresentadas ao concurso público para a “aquisição de serviços para o fornecimento de energia elétrica”, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho que explicasse ao Conselho Intermunicipal o assunto em apreço. -----

----- Foi dada a palavra ao Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que de forma detalhada explicou o teor do relatório final, elaborado pelo Júri do procedimento, que informava que o mesmo tinha ficado deserto em face das diversas propostas apresentadas terem apresentado um preço superior ao preço base do referido procedimento, originando que o mesmo ficasse deserto, sendo que neste sentido deveria o referido procedimento ser anulado e desse facto dado conhecimento aos municípios. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o mesmo.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Foi igualmente proposto, pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, que os serviços da CIM começassem, de imediato, a trabalhar, em articulação com os municípios, num novo procedimento de aquisição de energia para o ano de 2015. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o mesmo.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 3 do art.º 27º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **décimo ponto da ordem de trabalhos** – Listagem das aquisições de serviço aprovadas, pelo Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, no decurso do mês de junho, ao abrigo do Parecer Prévio Genérico Favorável, aprovado pelo Conselho Intermunicipal na sua reunião de 21 de janeiro de 2014. -----

----- O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento. -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezoito horas, lavrando-se a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e por mim, José Carlos de Oliveira Almeida, que a redigi.-----

João Gonçalves Pereira
José Carlos de Oliveira Almeida

